

A VOLTA DO DESAFIO DA INTEGRAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM O PROEJA

Camila Aparecida de Campos
Universidade Federal de Goiás
PPGE/FE/UFG
CAPES
Comunicação
Estado e políticas educacionais

Esta comunicação apresenta resultados parciais de pesquisa de mestrado que busca contextualizar o desafio da integração curricular entre formação geral e profissional, através do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. O referencial teórico marxiano que contribuiu para essa análise, concebe o trabalho enquanto princípio educativo como a possibilidade do sujeito se localizar no mundo do trabalho, criar e recriar a si mesmo, para a mudança de rumos da atual sociedade. Como resultados preliminares desta pesquisa, apresentamos a revisão literária e documental realizada no campo da relação trabalho e educação, bem como na concepção de currículo integrado, e dados dos questionários que identificaram os perfis de alunos e professor que atuam no Proeja em Rio Verde. Finalmente buscaremos evidenciar as reflexões suscitadas pela observação in loco, no que tange ao desafio da integração curricular.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Educação Profissional; currículo integrado.

Introdução

Esta pesquisa de mestrado analisa uma experiência em curso do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) no Estado de Goiás, no período de 2006 a 2010. O presente artigo apresentará uma análise da implementação do programa .

O Proeja foi instituído pelo Governo Federal, dentro do contexto de retomada da discussão nacional sobre a volta de oferta de cursos de ensino médio integrados a formação profissional, que já se anunciava, com a edição da portaria do Ministério da Educação nº 2.080, de 13 de junho de 2005, que fixou as diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional (EP) integrada com o ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA) nas escolas da rede federal de educação profissional, atualmente denominadas de Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia¹.

Esta articulação entre EJA e Educação Profissional se tornou um programa de governo em 20 de junho de 2005, através do Decreto 5.478 que previa a destinação de a 10% das vagas

¹ Antes CEFETs, atualmente com a Lei Ordinária Nº 11892 de 29 de dezembro de 2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

oferecidas na rede federal de educação profissional para o ensino médio integrado à educação profissional para jovens e adultos. Em 2006, revoga-se este decreto, “A partir de uma ampla discussão com diversos atores envolvidos na oferta de educação profissional, educação de jovens e adultos e educação básica, verificou-se a necessidade de alteração em suas diretrizes” (BRASIL, 2007, p.4) e é promulgado o Decreto nº 5.840, em 13 de julho de 2006, que avança na sua abrangência para além das instituições federais de educação tecnológica e passa a ser um programa federal, que poderá ser adotado ainda pelos sistemas de ensino estaduais e municipais, nos níveis fundamental e médio.

Um dos principais enfrentamentos no campo da educação profissional no Brasil, na última década, se deu em torno do cumprimento do Decreto 2.208 de 17 de abril de 1997 que determinava a formação técnica em detrimento da geral, o que impedia a continuidade da oferta de cursos integrados de nível médio. Quando esse decreto foi revogado, pelo Decreto 5154 de 23 de julho de 2004, a proposta de volta da integração curricular era uma expectativa entre os profissionais/trabalhadores da educação profissional. Essa expectativa pode se efetivar, entre outras medidas, com a criação do Proeja.

A pesquisa que ora se realiza analisa os desafios e possibilidades da volta do currículo integrado, uma experiência em Goiás que teve seu início em 2006, em cumprimento ao decreto federal. Esta experiência de Proeja está sendo pesquisada através da análise dos seus projetos pedagógicos, de questionários aplicados a alunos professores e gestores e do acompanhamento in loco. O que se apresenta a seguir são referências conceituais de históricas do problema investigado.

2 - Trabalho, educação e currículo integrado.

Relacionar educação e trabalho na atualidade requer apontar duas coisas: qual o lugar do trabalho e os objetivos da educação profissional na atual sociedade.

O tipo de trabalho existente na sociedade é reflexo do tipo de sociedade que se estabeleceu historicamente, e hoje, o que existe no Brasil é o capitalismo dependente e a inserção subordinada na lógica do capital. A relação entre educação e trabalho deve ser realizada com base nesta materialidade em que vivemos: o trabalho é visto como emprego, e este último é quesito básico de sobrevivência.

Na sociedade capitalista, globalizada, que possui claramente o princípio de exploração do homem pelo homem, conforme nos apresenta Meszáros (2002) “*o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação*” (p. 111), a inserção no mercado de trabalho se torna preocupação. Em Gramsci, essa separação de atividades já era presenciada:

A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais (Gramsci, s/d. P. 109)

Isso reflete a concepção de que o trabalho manual, sistematizado, deve ser realizado pela classe trabalhadora, enquanto a elite, formando seus intelectuais, seria capaz de fazer a gestão dos meios de produção, e controle do aparato do Estado.

Frigotto, Ramos e Ciavatta (2005) nos convidam a um debate necessário:

Devemos perguntar em que bases o projeto de desenvolvimento econômico e social do Brasil de hoje supera ou se acomoda à lógica da divisão internacional do trabalho que, historicamente, reduz os trabalhadores a fatores de produção e, em razão disso, torna sua formação um investimento em “capital humano”, psicofísica e socialmente adequado à reprodução ampliada do capital. Em que medida o projeto nacional democrático popular não se dissolveu pela inserção subordinada do Brasil na economia internacional globalizada e, dessa forma, justificam-se as políticas de educação profissional baseadas nas teses do *man power approach*? (Frigotto, 2005, p. 1105)

Com tantos projetos políticos envolvidos no cenário nacional, vários são os conceitos de trabalho apresentados e implementados. Discutir os sentidos da educação profissional, requer uma análise dos conceitos de trabalho na elaboração de políticas públicas e/ou programas.

Uma visão, que não se ampara no economicismo, propõe o crescimento da capacidade de pensar para uma melhor intervenção na vida, e conseqüentemente no mundo. A educação seria uma possibilidade do homem se conhecer, se localizar na luta de classes, e reafirmar seu princípio de homem histórico, ontológico, segunda a qual:

o homem, na medida em que é homem, é um ente social;(...) em todo ato de sua vida, refleta-se esse ou não em sua consciência, o homem sempre, e sem exceções, realiza ao mesmo tempo, e de modo contraditório, a si mesmo e ao respectivo estágio de gênero humano” (Lucaks, 1979,p. 142)

Na medida em que o homem tem consciência de sua capacidade de mudança, não somente possuímos um avanço individual, mas o coletivo também, pois além de si, ele transforma a sociedade, e então não é mais somente transformado por ela. Esta opinião é sustentada por alguns movimentos sociais, intelectuais, universidades, etc.

Pensar o trabalho enquanto atividade de produção, no sentido de produtivismo, é ir ao encontro da alienação humana. No conceito marxiano o trabalho é realização, e a produção deve estar ligada a atividade criadora, e não meramente reprodutora. O trabalho é a expressão da práxis, na qual o homem se relaciona com a natureza, com os outros seres sociais, transformando aos outros e a si mesmo, e, que a divisão hierárquica do trabalho tendo em foco apenas a acumulação “*acarreta imediatamente a desumanização do homem*” (Manacorda: 2007, p. 68). Assim, o trabalho deve ser visto como um ‘meio’ de criação do bem estar do homem (PARO, 1999), afinal, o trabalho é central na vida do homem, o diferenciando dos animais justamente por sua capacidade criadora de gerar meios para superar suas necessidades e garantir uma vida melhor.

Esta dualidade de conceitos relativos ao trabalho influencia na forma de organização da Educação Profissional. Qual a finalidade da educação profissional no capitalismo? Esta

pergunta nos remete a respostas distintas e necessárias ao debate acerca da função desta modalidade de educação.

Em uma primeira perspectiva a educação profissional é uma possibilidade de qualificação da mão de obra do trabalhador, o tornando mais flexível, e adaptável, a realidade do mercado. A função desta educação é adequar o trabalhador para a venda de sua força de trabalho no mercado. O Sistema “S”, criado nos meados da década de 1940, que possui uma rede nacional de capacitação, atua nesta perspectiva, assegurando esta formação da mão de obra, desconsiderando os trabalhadores enquanto sujeitos da história, e visando apenas aperfeiçoar, reciclar, capacitar a mão de obra para a garantia do lucro. Maggie Nunes Brasil (2005), em seu estudo sobre a Pedagogia do Capitalismo², pontua que o princípio fundante desta pedagogia é a divisão do trabalho, a dissociação, discórdia, uma formação acrítica. Acácia Kuenzer (2000) sobre a dissociação relembra Gramsci apontando que:

é sempre bom ter claro que as escolas são antidemocráticas não pelos conteúdos que ensinam – acadêmicos, “desinteressados”, ou técnico-profissionalizantes, “interessados” –, mas por sua função, a de preparar diferentemente os intelectuais segundo o lugar que irão ocupar na sociedade, e portanto segundo sua origem de classe, como dirigentes ou como trabalhadores (Kuenzer, 2000, p.28)

O papel atribuído à escola para os trabalhadores na sociedade capitalista é disseminar o capitalismo. Mas este papel não se completa, pois há neste processo a **contradição** nos sujeitos. De forma que a escolarização dos sujeitos pode ser instrumento de luta, crescimento da conscientização e assim contribuir para uma concepção de mundo emancipatória, de superação desta ordem vigente. A educação profissional, na segunda perspectiva, calcada na busca pela totalidade do homem enquanto sujeito ativo, pode ser então, utilizada para além da lógica sistemática de qualificação profissional. Ela deve buscar a formação do sujeito em suas diversas possibilidades, com uma visão de mundo do trabalho, para que o mesmo se localize e se reconheça em sua atividade geradora

Já nos anunciava Paro (1999) que o espaço escolar possui a responsabilidade social de promover a atualização dos saberes historicamente construídos pela humanidade, contudo é impossível uma total acumulação e portanto são feitos recortes, seleção de conteúdos, demarcação de funcionalidades, enfim, direcionamento na formação do aluno para o que se considera ser mais importante na escolarização. As opções de desenho de perfil que se deseja formar é engendrada em diversos espaços públicos e privados como políticas de governo, programas de empresas ou sistema “s”, construção de projetos políticos pedagógicos nas escolas, conferências nacionais e internacionais de educação, planos dos organismos multilaterais, etc.

A formação humana é preocupação de diversos setores pois o homem, com força de trabalho, é quem garante a continuação da vida humana, portanto a questão é: como melhor preparar este homem para a vida? O que é interessante que o aluno saiba? E chegamos a questão que consegue envolver a formação do homem: Como o aluno pode melhor contribuir para a

² Artigo da obra MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém (org). *Educação e trabalho na sociedade capitalista – reprodução e contraposição*. Goiânia: Editora da UCG, 2005

humanidade? Desta pergunta remetemos a uma discussão necessária para definição de objetivo da formação: a visão de mundo dos projetos de educação.

Pensar o currículo, para os setores conservadores, remete a uma idéia de formulação e organização de conteúdos a serem ministrados, com os devidos procedimentos metodológicos, e ponto! Uma perspectiva crítica na educação já não admite a neutralidade no processo de construção do currículo, e este, é organizado com um viés político e epistemológico, como nos diz Moreira e Silva, (2002): “*O currículo é uma área contestada, é uma arena política*” (p. 21).

A proposta de currículo do Proeja, que carrega traços de suas ambições e almejos, é o Currículo Integrado. Segundo Ciavatta (2005) o sonho de uma formação completa partiu dos primeiros socialistas que buscavam o viés “*omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica*” (Ciavatta, 2005, p. 86). Esse debate foi ganhando acréscimos com o tempo, e com a análise da desigualdade de acesso aos bens produzidos pelo coletivo da sociedade, defender um currículo integrado no Brasil, é também defender o acesso ao conhecimento acumulado socialmente, portanto, é defender a escola pública, gratuita e de qualidade para todos, sejam eles crianças, jovens ou adultos.

O que caracteriza o currículo integrado é a junção da formação específica (técnica) com a formação geral. Para os trabalhadores, que muitas vezes precisam da formação profissional para trabalhar ou manter seu emprego, este currículo busca o acesso a conhecimentos da cultura geral, a possibilidade de se perceber na história e ser capaz de mudar seu destino, localizando-se no mundo do trabalho.

Inserida neste contexto, a escola:

Reveste-se, assim, de uma dupla responsabilidade social: por um lado é uma mediação indispensável para a cidadania, ao prover, de modo sistemático e organizado, a educação que atualiza historicamente as novas gerações; por outro, porque não pode dar conta de todo o saber produzido historicamente, ela precisa fazer isso de modo seletivo, priorizando aquilo que é mais relevante para a formação dos cidadãos. (Paro, 1999, p.110)

Nesta seleção de conhecimentos, já tivemos momentos na história do Brasil, em que foram priorizados conhecimentos que visavam apenas a acumulação, e o trabalho deixava de ser meio para ser um fim: a pessoa vive para trabalhar, e já não mais trabalha para viver.

O trabalho deve retomar o seu lugar de importância no processo de constituição dos seres humanos, deve ser realização, atividade criativa e criadora. A proposta de integração curricular é nesse sentido, uma estratégia para uma educação diferenciada, que mesmo estando no viés do Estado, que é parte do sistema sociometabólico do capital, abre-se uma possibilidade de, na contradição, construir uma perspectiva diferenciada, que vise o ser humano e não o mercado de trabalho.

Esta educação profissional, calcada na busca pela totalidade do homem enquanto sujeito ativo pode ser, então, utilizada para além da lógica sistemática de qualificação profissional. Ela deve buscar a formação do sujeito em suas diversas possibilidades, com uma visão de mundo do

trabalho, para que o mesmo se localize e se reconheça em sua atividade geradora. Nesse sentido, os avanços do Decreto 5154/04 são assinalados por Frigotto (2007)

Na sua gênese, dentro das contradições da travessia, tratava-se de resgatar a perspectiva do ensino médio na perspectiva da educação politécnica ou tecnológica. Concepção refutada e abertamente combatida pelas forças conservadoras do governo FHC. Daí, contrariamente à perspectiva de aligeiramento e profissionalização compulsória da Lei n. 5.692/71 e do dualismo imposto pelo Decreto n. 2.208/97, o ensino médio integrado amplia de três para quatro anos este nível de ensino para permitir ao jovem uma formação que articule ciência, cultura e trabalho. Uma perspectiva, portanto, que supere tanto o academicismo quanto a visão de profissionalização adestradora. Tratava-se de avançar, tendo como parâmetro as condições materiais dos CEFETs, na concepção da educação politécnica ou tecnológica. (Frigotto, 2007, p. 1141)

O avanço na legislação não necessariamente representa um avanço imediato na ação pedagógica das instituições, pois *“tudo empresta uma extrema seriedade àquilo que a escola se propõe a fazer e àquilo que ela de fato faz”* (Paro, 1999, p.110).

Com os diferentes projetos societários envolvidos em disputa no campo da educação, a escola absorve as leis, e com elas seus projetos, em uma relação dialética, em que apesar da proposta direcionada à escola estar regulamentada e conter perspectivas de mundo e funcionalidades específicas, a mesma o faz conforme suas possibilidades e sua compreensão acerca do proposto. Portanto há uma margem de manobra, em que a escola implementa sim a política da super estrutura, mas no chão onde deve ser encaminhada esta política, há possibilidade de desvio e de confronto com a proposta.

Um instrumento utilizado para organizar e orientar pedagogicamente a escola é o currículo: “Podemos dizer em termos genéricos, que um currículo é um plano pedagógico para orientar a aprendizagem dos alunos de forma sistemática” (DAVINI), ao mesmo tempo em que “De certa forma, todas as teorias pedagógicas são *também* teorias sobre o currículo” (SILVA, 2004, p. 21), ou seja, há uma articulação entre idéias pedagógicas e organização de conteúdos

Considerações finais

.Esta proposta de integração curricular entre educação e trabalho apresentada, através do Decreto 5154/04, especialmente através da criação do PROEJA que previa para 2006 a destinação de a 10% das vagas oferecidas em 2005 na rede federal de educação técnica para o ensino médio integrado à educação profissional para jovens e adultos nos remete a análise de Frigotto (2005) a respeito do currículo integrado defende uma proposta:

que considere a unidade de conhecimentos gerais e conhecimentos específicos e numa metodologia que permita a identificação das especificidades desses conhecimentos quanto à sua historicidade, finalidades e potencialidades. Baseia-se, ainda, numa pedagogia que

visa à construção conjunta de conhecimentos gerais e específicos.
(Frigotto, 2005, p. 1098)

Educação profissional articulada a educação de jovens e adultos pode ser notada em diversos momentos da história do Brasil, mas o PROEJA específico para estas modalidades de ensino, leva em consideração que a EJA é uma condição histórica da sociedade brasileira, composta por sujeitos que não completaram a escolarização, por diversos motivos, e são em sua ampla maioria, da classe trabalhadora.

Seria então a superação da concepção produtivista de oferta de oportunidade dos trabalhadores aprenderem e se disciplinarem para a maior acumulação do capital? O Documento Base Nacional do PROEJA, referente ao Ensino Médio, aponta que a perspectiva é de:

Uma política de formação de cidadãos e cidadãs emancipados, preparados para a atuação no mundo do trabalho, conscientes de seus direitos e deveres políticos e de suas responsabilidades para com a sociedade e o meio ambiente. (MEC/SETEC, 2006, p.04)

Portanto trata-se de um desafio de construção, que deve ser pautado pelo direito a educação de todos, superando assim a lógica de programas de governo que tem prazo de validade, e na contramão, buscar pela construção de uma política pública de estado.

A proposta de integração curricular é importante no sentido de ser uma estratégia para uma educação diferenciada, que mesmo estando no viés do Estado, que é parte do sistema sociometabólico do capital, abre-se uma possibilidade de na contradição construir uma perspectiva diferenciada, que vise o ser humano e não o mercado de trabalho. Sobre essa possibilidade diz Machado (1989):

Na concepção de Marx, o ensino politécnico, de preparação multifacética do homem, seria o único capaz de dar conta do movimento dialético de continuidade-ruptura, (...) seria o fermento da transformação: contribuiria para aumentar a produção, fortalecer o desenvolvimento das forças produtivas, e intensificar a contradição principal do capitalismo (entre socialização crescente da produção e mecanismos privados da apropriação). Por outro lado, contribuiria para fortalecer o próprio trabalhador, desenvolvendo suas energias físicas e mentais, abrindo-lhe os horizontes da imaginação e habilitando-o a assumir o comando da transformação social. (Machado, 1989, p. 127)

O Documento Base do Proeja aponta princípios do Programa, e dentre eles podemos citar o **quarto princípio** que caracteriza como orientação pedagógica o trabalho como princípio educativo com o entendimento de que a condição humana do homem se dá pelo trabalho.

A principal dificuldade nos estudos sobre educação profissional é situar a possibilidade de construção pelo viés normativo do Estado. Até que ponto o Estado seria interessado em promover uma educação que localize o homem, possibilitando sua maior intervenção político-social?

O estudo de Meszáros (2002) nesse sentido nos leva a crer que a verdadeira possibilidade de liberdade do homem somente se dará em um ambiente em que as relações humanas sejam prioritárias do que as relações do modo de produção.

Um desafio que percebemos para avançar na possibilidade de maior intervenção do PROEJA seria superar a fragmentação dos programas, articulando a rede federal com a as estaduais e municipais, com parcerias com demais como o Ministério do Trabalho e Emprego, secretarias do MEC como SESU, SEB, etc, com políticas que permitam a emancipação e superação das desigualdades brasileiras. Além disso, Mascarenhas (2005) afirma que “*A construção de alternativas que relacionem educação e trabalho pela via da formação onilateral não dissocia ação pedagógica e ação política*”(2005, p. 167) daí uma necessária politização.

Não devemos cair numa leitura “ideológica” da realidade (Kuenzer, 2006). De fato o Governo Lula representa um avanço especificamente nesta política, mas não devemos esquecer que não há uma ruptura com o modelo socioeconômico.

Devemos ser capazes de construir com estas concepções, mas sem perder de vista que nesta sociedade em que o trabalho é alienado, a vida é alienada; em que muitas vezes o homem é visto como máquina e sua força de trabalho como mercadoria sendo o trabalhador apenas um apêndice das máquinas.

Há ainda desafios estruturais, e concordamos com Frigotto (2007):

Há aqui pelo menos dois obstáculos a serem enfrentados pela sociedade e governo. Primeiramente, modificar as diretrizes promulgadas pelo Conselho Federal de Educação que induzem a compreensão do ensino médio a simples arranjos do Decreto n. 2.208/97, na perspectiva da articular e não do integrar e, em última instância, ao retorno do profissionalizante da reforma n. 5.692/71, um adestramento rápido com vistas ao mercado de trabalho. O segundo é quebrar a barreira de resistências das políticas estaduais, sob as quais está a prerrogativa da oferta do ensino médio. (Frigotto, 2007, p. 1145)

Para além do desafio da implementação e democratização do acesso, é necessário ainda avançar no sentido de superar a igualdade de oportunidades, rumo a igualdade de condições.

Referência Bibliográfica

BRASIL, Decreto 2.208 de 17 de abril de 1997 Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. MEC, SETEC. Documento Base. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, 2007.

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

_____. Decreto nº 5.478, de 24 de julho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.

_____. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006 Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências

_____. Parecer CNE/CEB nº 11/2000

_____. Portaria nº 2.080, de 13 de julho de 2005

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *IN Ensino Médio Integrado: concepções e contradições*. Cortez, São Paulo, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria e RAMOS Marise. A Política de Educação Profissional no Governo Lula: Um Percurso Histórico Controvertido. *IN Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica. *IN Educação e Sociedade.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Círculo do Livro, SP, s/d.

KUENZER, Acacia Zeneida. As políticas de formação: A construção da identidade do professor sobrando. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 68, dez. Edição Especial, 1999.

_____. O Ensino Médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito. *In Educação & Sociedade*, ano XXI, nº 70, Abril/00.

LIBANEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira e TOSCHI, mirza Seabra. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. Cortez, São Paulo, 2007.

LUKÁCS, Gyorgy. Ontologia do ser social – os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979

MACHADO, Lucília R. de Souza Machado. *Politecnia, Escola Unitária e Trabalho*. São Paulo: Cortez, 1989.

MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a Pedagogia Moderna*. Editora Alínea. São Paulo: 2007

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Profissional no Brasil*. Cortez Editora, São Paulo 2002.

MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém (org). *Educação e trabalho na sociedade capitalista – reprodução e contraposição*. Goiânia: Editora da UCG, 2005

MENDONÇA. Celma Concesso. Real Significado da Reforma da Educação Profissional nos anos 90. In. *Educação e trabalho na sociedade capitalista – reprodução e contraposição*. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

MEZSAROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa, e SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e Teoria Crítica do Currículo: uma introdução *IN Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo, Cortez, 2002.

PARO, Vitor Henrique. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. *IN Trabalho, Formação e Currículo: para onde vai a escola?* São Paulo, Xamã, 1999.